

As Mulheres e o Militar entre Antigas Dificuldades e Novas Potencialidades

Fabrizio Battistelli

*Professor na Faculdade de Sociologia da Universidade de Roma "La Sapienza"
Secretário Geral do Arquivo Disarmo*

1. O OLHAR DOS HOMENS: A MULHER COMO OBJECTO

Em geral, a guerra e a organização militar são temas que associam, numa complexa trama individual e institucional, variáveis biológicas, psicológicas e sociais. A actual existência em quase todos os países ocidentais de um serviço militar feminino leva não só as mulheres, mas também os homens, a questionarem-se sobre as relações que, tanto elas como eles, estabelecem com um fenómeno – a guerra – e com um instrumento – a organização militar – que dificilmente poderão ser ignorados, um vez que continuam a desempenhar um papel proeminente na História.

Se a relação homem/mulher é biológica, a relação de ambos com a guerra é muito antiga. Sem a preocupação de analisar de forma exaustiva as várias teorias sobre a natureza instintiva, ou adquirida, da agressividade, limitar-nos-emos a observar alguns aspectos relacionados com a sua institucionalização na guerra e também alguns dados elementares da sua ligação ao instrumento destinado a protagonizá-la, uns e outros essenciais à compreensão da espécie humana em cada idade histórica:

- a) formas de conflitualidade organizada caracterizam, em medidas diferentes, a quase totalidade das sociedades conhecidas;
- b) dessa conflitualidade – numa medida directamente proporcional ao seu nível de estruturação e aperfeiçoamento – o género masculino constituiu tendencialmente o sujeito activo (homem = guerreiro).
- c) dessa conflitualidade, o género feminino constituiu tendencialmente o objecto passivo (mulher = presa).

Trata-se de dados fundamentais que devem ser levados em conta, ainda que se trate de analisar uma realidade bastante diferente, como a que se configura para a sociedade contemporânea. Não seriam de outro modo compreensíveis a verdadeira natureza e a complexidade da relação mulheres/homens na organização militar, um domínio onde só recentemente as primeiras foram admitidas como sujeitos, pondo fim ao verdadeiro monopólio de género que os segundos vêm exercendo desde há milénios.

Inspirada em Hegel, Jean B. Elshtain (1987) aprofundou a nítida separação que, desde tempos imemoriais, diferencia os “homens-guerreiros justos” das “mulheres-almas belas” perante a guerra. Não obstante a antiguidade ter conservado vestígios de actividades bélicas levadas a

cabo por protagonistas femininas – caso das Amazonas, das deusas armadas Artemis e Atena e das Valquírias – e, apesar de a poesia épica renascentista incluir narrativas de heroínas que tomaram as armas (regra geral, aliás, por motivos de coração), a verdade é que essas acções não ultrapassaram a categoria de mitos e o fascínio desses mitos tem origem precisamente na excepcionalidade das situações que descrevem.

Na realidade, desde sempre os machos se preocuparam em excluir da actividade bélica as *suas* mulheres, tendendo com a mesma regularidade a incluir nela [guerra] as mulheres dos *outros*. O observador sem preconceitos (e portanto também sem os exageros anti-naturalísticos em moda num passado recente) não pode deixar de reconhecer, no tabu que proíbe o combate à mulher, onexo que liga esta última à maternidade. Mas não só. Durante muito tempo, a interdição do uso das armas por parte das mulheres representou na realidade uma tutela, e uma tutela marcadamente facciosa, que de facto não tinha a ver com a mulher, mas sim com a mulher *do* (no sentido de pertença não só psicológico-social mas também patrimonial) clã e/ou *de* um determinado indivíduo. Por conseguinte, a mulher era poupada ao papel de combatente mas não ao de vítima; não era aceite como companheira de armas, mas era procurada como presa.

Mais do que qualquer outro fenómeno ou situação, a qualidade da mulher-presa pode revelar, com meridiana clareza, a concepção ancestral do macho em guerra. Para ele, a mulher (arrancada ao inimigo, violada, escravizada) é um prémio com uma importância crucial em si mesma (pela gratificação que pode proporcionar), mas também, e até sobretudo, pelas evidentes implicações sociais que a sua posse representa fora e dentro do grupo.

Para o inimigo, são óbvios os efeitos desmoralizadores do rapto e do estupro das suas mulheres. Em geral – e em particular na regressão aos estados atávicos que caracteriza a situação bélica (Klain, 1994) – os machos, dominantes nas sociedades históricas, têm tendência a representar as fêmeas do seu grupo do seguinte modo: colectivamente, como partes de um património comum (quase *res communes omnium*); individualmente, como suas emanações indefesas (mulher-idosa como mãe, mulher-criança como filha). O ultraje das suas mulheres é psicológica e socialmente mais insuportável do que o seu próprio ultraje. Em guerra, o macho reflecte-se de uma forma narcisista na sua fêmea. Através dum processo de idealização, que torna geralmente impossí-

vel o pleno conhecimento do outro sexo, o homem vê-se a si próprio na mulher – não na sua normalidade e inteireza, mas sobretudo numa intangível *melior pars*. A afronta dirigida a esta parte melhor é, portanto, suprema, assim como é supremo o sentimento de culpa por ter permitido que isso acontecesse.

Em guerra este mecanismo encontra-se muito generalizado tanto entre os chefes como entre os subordinados. Sem recuar às violações em massa da história antiga, medieval e da primeira modernidade, também na época contemporânea a violência sexual é utilizada como arma. Apesar de não se registar necessariamente em todos os conflitos (o estupro foi banido nas convenções internacionais e punido pelos códigos militares nacionais), a violência sexual volta à ribalta em situações extremas, sempre que o objectivo de um exército ou de uma qualquer formação armada já não seja vencer militarmente o inimigo, mas sim puni-lo e humilhá-lo¹.

Significativamente, de uma forma que mereceria uma ulterior reflexão, esta arma extrema é empunhada com frequência e crueldade directamente proporcionais à contiguidade psicológico-social da população atingida, frequentemente portanto entre países com fronteiras comuns, ou no interior dos próprios países, no caso de guerras civis e/ou entre etnias. Os estupros étnicos perpetrados entre 1991 e 1995 na ex-Jugoslávia, conservam-se obviamente na nossa memória. Na sua maioria, se não mesmo exclusivamente, foram obra de bandos irregulares sérvios, activos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina. Mas a mesma contiguidade social e geográfica, em que se insere um análogo espírito punitivo, são reconhecíveis nas violências perpetradas pelas tropas alemãs na Bélgica em 1914, pelo exército japonês em Nanquim em 1937, pelos destacamentos indianos no Bangladesh em 1971. Um caso, tão clamoroso e tão abafado, que também tem a ver com a Europa, é o das tropas marroquinas sob comando francês que, no decurso da campanha de Itália em 1944, se tornaram

1 Como observa com perspicácia Susan Brownmiller, “Excepto uma genuína, humana preocupação com as mulheres e filhas amadas, o estupro perpetrado por um vencedor é uma prova indiscutível da condição de impotência viril do vencido. A defesa das mulheres foi desde o princípio dos tempos um símbolo do orgulho masculino, assim como a posse das mulheres foi um símbolo do êxito masculino. O estupro cometido por um soldado conquistador destrói todas as derradeiras ilusões de poder e de posse nos homens da parte vencida. O corpo de uma mulher violada torna-se um campo de batalha ritual, um terreno para a parada triunfal do vencedor. O acto cometido sobre ela é uma mensagem transmitida por homens a outros homens: uma importante prova para uns e de derrota para os outros” (Brownmiller, 1976: pag. 42)

responsáveis por dezenas de milhares de estupros na área de Cassino². Em suma, quando um conflito tem como objectivo, mais do que a derrota/aniquilamento militar do inimigo, a sua derrota/aniquilamento moral, o estupro representa um dos últimos graus da “ascensão aos extremos” que, segundo Clausewitz, caracteriza na idade moderna a guerra de massas³.

Mas a violência sexual tem também importantes implicações sociais e psicológicas *dentro* do grupo, sendo importante distinguir dois níveis: o superior (o dos chefes) e o inferior (o da tropa). Aquilo que para o nível inferior é o estupro, ou a fantasia do estupro, para o nível superior é a escravização. Na antiguidade, o general vencedor escravizava e possuía a mulher do vencido, como fez Alexandre com a mulher de Dário; Cipião, ao invés, é tão “continente” que poupa a viúva do príncipe celtibérico, sendo por isso retratado, no século XVI, no quadro de Domenico Beccafumi (Lenzi, 1997).

O significado da prática da escravidão ultrapassa em muito a simples fruição dum prazer ou benefício individual masculino, para se tornar um atributo do comando em guerra, seja ele representado pelo soberano, pelo chefe supremo ou por uma restrita elite de heróis. Neste quadro, o seu sentido é sobretudo social. A história de Creseis, que abre o primeiro canto da *Ilíada*, é emblemática. Por se ter recusado a restituir a escrava Criseis ao pai, sacerdote de Apolo, que vem resgatá-la, Agamemnon provoca a ira do deus, que com o seu dardo envenenado mata os guerreiros gregos às dezenas. Para travar a hecatombe, o comandante do exército grego aceita libertar Criseis, mas em troca quer Briseida, a escrava destinada na partilha a Aquiles (a ira do herói pela afronta sofrida determinará a sua retirada do combate e novos massacres nas fileiras gregas).

2 A história de muitos milhares de mulheres italianas (mas também homens e crianças), esturpadas pelos *Goums* marroquinos sob o comando do general francês Juin em Maio de 1944 na zona de Cassino, é uma das páginas mais obscuras da Segunda Guerra Mundial, removida por uma tácita convenção entre as partes, obra não de hordas de nómades mas de destacamentos regularmente enquadrados na V Armada aliada, empenhada na libertação de um país vencido, aliás formalmente coobeligerante. Para o cientista social constitui um motivo de reflexão a licença de estupro oficialmente concedida aos destacamentos marroquinos, a famigerada “carta branca” que alguns dizem estar prevista no contrato de recruta dos *Goums*, enquanto segundo outros teria sido concedida como prémio com vista ao rompimento da frente alemã na linha Gustav (Chiurlo, 1993).

3 Naturalmente refere-se por oposição às guerras “limitadas” do século XVIII, para as quais, em meu entender optimisticamente, alguns acham que se estão a dirigir os conflitos do século XXI (Luttwak, 1995).

Os versos de Homero, que descrevem a obstinação de Agamemnon em negar o resgate a um velho pai e sacerdote e os insultos que por esse motivo lhe dirige Aquiles (que o define como “focinho de cão”), lêem-se com algum espanto, visto que se referem ao comandante supremo e ao mais valoroso dos heróis gregos. Esses insultos seriam completamente incompreensíveis, se não se levasse em conta que por trás de uma banal rixa pela partilha do espólio se esconde na realidade uma controvérsia pela primazia sobre toda a formação grega; a primazia é atestada pela importância do espólio conquistado e, neste, o primeiro lugar é ocupado por uma mulher escravizada⁴.

Sancionada nas elites sob forma de escravidão, a violência contra a mulher assume nos estratos inferiores a forma de *estupro*, explícita ou implicitamente previsto, juntamente com o saque, nos contratos das companhias de mercenários a partir dos princípios da idade moderna. Neste caso, a função da violência sexual parece ser sobretudo psicológica. Em *all male societies*, como foram até há pouco tempo as Forças Armadas de todo o mundo, o estupro em guerra, e a fantasia em volta dele em tempos de paz, forneceram uma saída institucionalmente não estigmatizada da condição mono-género e da ânsia determinada pela homossexualidade inerente a essa condição, como possibilidade e como ameaça.

Em *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud traçou uma análise magistral de duas instituições – o exército e a igreja (católica) –, conotadas pela composição mono-género e vincada hierarquização, características que por sua vez se alicerçam na identificação dos símbolos num pai-chefe supremo e na relação fraterna com os outros membros da instituição (Freud, 1921). Na vertente sociológica, Lewis Coser (1964) sublinhou a

4 Substituindo a escravidão pela concubinato, ou em todo o caso pelo acesso privilegiado à mulher como objecto sexual, estes elementos conservam também na idade moderna o sentido de gratificação concedida aos superiores contra a privação, absoluta ou relativa, a que estão sujeitos os inferiores. Para aprofundar um episódio referente à frente italiana na Primeira Guerra Mundial – e relativamente às amantes dos oficiais e às “mulherzinhas” que convivem *more uxorio* – ver Franzina, 1986. Também a distinção entre os prostíbulos que se destinavam aos oficiais e os destinados à tropa representou – em contextos históricos em que a prostituição era regulamentada por lei – um reforço da estrutura de classe do exército. Ecos tragicamente recentes encontram-se no “mito de guerra” (Fornari, 1996), recolhido na Bósnia por quem escreve, relativo à famigerada “Pensão Sônia” de Sarajevo, um bordel que durante o assédio da cidade teria tido como um seus principais clientes o próprio comandante da força multinacional Unprofor. Que em guerra surgem e proliferam “terras de ninguém” psicológicas e éticas (Leed, 1985) é sabido, assim como é sabido que da “depravação moral” são vítimas principalmente as mulheres, “especialmente as muito novas, empurradas [para a prostituição] pela necessidade de se alimentarem” (D’Agata, 1943-1949).

funcionalidade do eunuco ao serviço do senhor absoluto, ou do celibato para os padres católicos, como modalidades capazes de canalizar para a organização a que se pertence o investimento afectivo que de outro modo se dispersaria na construção de uma relação de casal e de família⁵. Durante todo o século XIX e parte do século XX, a maioria dos exércitos europeus proibia ou impunha limitações ao matrimónio dos oficiais e dos sargentos; e mesmo depois da última guerra mundial, os militares de carreira de diversos países europeus eram obrigados pelos regulamentos a pedir aos superiores autorização para se casarem.

Aquilo que poderíamos definir como o malthusianismo da organização militar perante a relação com a mulher e o seu sancionamento sócio-jurídico-religioso (o matrimónio), volta a aparecer – com uma hostilidade acrescida em virtude da natureza socialmente desviante do fenómeno – no caso da homossexualidade.

Como revelou claramente o estenuante braço de ferro que em 1993 opôs o Estado Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos ao movimento gay (e que incluiu a ameaça de demissão do chefe do Estado Maior, general Powell), a aceitação oficial dos homossexuais constitui a concessão mais radical da organização militar, pelo menos na idade moderna. E isso porque uma relação de casal acabaria por privatizar um recurso que no militar se subentende estar ao serviço do colectivo: a libido, como reserva de energia oportunamente sublimada na camaradagem, utilizada em situação extrema de combate⁶.

Aceite na generalidade das sociedades (e por consequência nos exércitos) da antiguidade clássica, a homossexualidade é condenada e reprimida na civilização ebraico-cristã. A partir da afirmação do cristianismo, é interdita na sociedade; e também, com muito mais determinação, na organização militar, uma vez que à conformidade em relação

5 Com uma certa malícia Coser (1964) afirma que a partir do século quarto d.C. a Igreja Católica manteve-se irredutível ao negar aos primeiros membros ordenados *in sacris* a possibilidade de contrair o vínculo matrimonial, enquanto se demonstrou disposta a perdoar casos de relações de padres com mulheres e, em certos períodos históricos, até o concubinato. No que se refere os exércitos acerca da sua preferência pelo celibato, na idade moderna e a sua *policy* de desencorajamento da criação de uma família por parte de um militar de profissão, ver Giorgio Rochat (1997).

6 É aliás interessante observar que a cultura de caserna apresenta ocasionais aberturas em relação à ideologia oficial da virilidade. Contam-se entre estas, várias “brincadeiras” e ritos da tropa com claras implicações homossexuais, que revelam a intrínseca ambiguidade contida nas várias formas de *Männerbund*. Interessantes análises histórico-políticas sobre a “união de homens” celebrizada por Ernst Jünger, encontram-se em Mosse (1984).

a uma nova moralidade, baseada na heterossexualidade, se soma a vantagem funcional da acumulação afectiva e a da sua redistribuição no interior do grupo combatente. Neste contexto, a política oficial da organização militar passa a ser de irredutível hostilidade em relação à homossexualidade (o que obviamente não vai impedir casos de transgressão do indivíduo e de adaptação da instituição). Por sua vez, esse código comportamental insere-se na condenação da homossexualidade, na era cristã já amplamente interiorizada pelos indivíduos, originando uma atitude claramente reactiva contra este comportamento sexual e contra quem o pratica. A estigmatização da homossexualidade alcança proporções particularmente evidentes num ambiente organizativo de pessoas todas do mesmo sexo, que são definidas do exterior, e que nalguns casos se vêem a si próprias, como “machos militares”, com comportamentos tipo “galifão de caserna”, etc.. Essa atitude informal, mas institucionalmente aceite, de exasperação da masculinidade, corre sobre duas vias paralelas: por um lado a “homofobia” (que se manifesta sob formas que vão desde a caricaturização mais ou menos de tipo “estudentil” do homossexual, até à pura e simples perseguição), e por outro o binómio exclusão/inclusão da mulher.

Explicámos a “homofobia” da organização militar, e portanto a rejeição em sancionar a legitimação da homossexualidade⁷, com a dificuldade em renunciar a “algo mais” representado pela energia da libido sublimada no grupo. Mas este monopólio da organização militar sobre a afectividade dos seus membros não é ameaçado apenas pela minoria gay. À semelhança de qualquer outra instituição da sociedade pós-moderna, a organização militar é submetida a um verdadeiro assédio por parte de uma variedade de actores, que se configuram como *competitors* no exterior e como quintas colunas no seu interior. Várias “minorias” pressionam no sentido de obter acesso à instituição: não só os grupos étnicos ou os gay, como referimos, mas também, por exemplo, os deficientes (que no Canadá moveram acções legais contra a sua exclusão do recrutamento voluntário). Mas não há dúvidas que, de entre todas as “minorias”, são as

7 Presentemente a posição da organização militar americana no que se refere à homossexualidade limita-se à tácita tolerância (substancialmente de acordo com a linha adoptada pela maioria das outras Forças Armadas contemporâneas) que se pode resumir na fórmula “don’t ask, don’t tell, don’t pursue” (“não perguntes, não ostentes, não persigas legalmente” sugerida por Moskos e aceite como *policy* de compromisso pelos Estados Maiores (Battistelli, 1994).

mulheres que, pelo facto de a sua diferença ser irreduzível para além de certo limite, estão destinadas a determinar as maiores mudanças no seio da organização militar.

Por um lado, a mulher exerce uma pressão significativa através da família. Hostilizada e mantida à margem da organização militar paleomoderna, a família do militar profissional foi finalmente aceite pela moderna organização militar e encarregada de desempenhar uma função instrumental, de assistência e integração institucional, a favor do marido e do pai empenhados na carreira das armas: daqui a origem dos papéis sociais das mulheres, empenhadas (normalmente numa medida directamente proporcional à patente do cônjuge) nas actividades comunitárias no interior das bases militares (Moskos e Burk, 1994). O facto de este modelo se encontrar em crise, sendo cada vez mais raro encontrar mulheres que queiram empenhar-se em actividades e relações ligadas à profissão dos maridos, não significa que a família tenha deixado de ser importante para as forças armadas. Pelo contrário, ela é cada vez mais importante, mesmo se no sentido crítico, ou seja, como *competitor* aguerrido da organização militar. Em ambos os casos trata-se de "greedy institutions" (Coser, 1974), ou seja instituições "ávidas" dos recursos (energia, tempo) dos seus membros: a novidade é representada pelo facto de, no clima da pós-modernidade, a segunda instituição – a família – estar cada vez menos disposta a sacrificar-se pela primeira – as Forças Armadas –, canalizando para o elemento de interface – o militar casado – todo o seu peso (Segal, 1988; Farina, 1993).

Outra forma de pressão, ainda mais ampla e directa, é exercida pela mulher através da sua presença no interior da organização militar. Com raras excepções (a Itália e, parcialmente, a Alemanha) as Forças Armadas em todo o Ocidente contam já nas suas fileiras com pessoal voluntário do sexo feminino. Da exclusão do campo de Marte da mulher na acepção "alta" – mulher, mãe, filha – já falámos. Relativamente à sua inclusão na acepção "baixa", a verdade é que, durante séculos, os exércitos hospedaram no seu seio, ou próximo dele, segmentos do universo feminino, especializados em actividades de apoio ao guerreiro, como as que se relacionam com a alimentação e vestuário, (vivandeiras, costureiras, etc.), mas sobretudo com o seu "repouso" ou diversão sexual (prostitutas). Isto no plano da realidade. No plano do imaginário, em poucos outros lugares a mulher (apreciada aliás exclusivamente ou principalmente na sua conotação sexual) está tão presente como nos locais onde está ausente,

ou seja, na organização militar constituída exclusivamente por homens. A função de protecção relativamente à homossexualidade latente da vida militar é evidente na exibição de nus femininos nos alojamentos e nos locais de serviço, nas efabulações que circulam no interior dos grupo (verdadeiros “potlach verbais” na definição de Pozzi, 1971), na coprolalia com referências sexuais (a “linguagem de caserna”) correntemente adoptadas pelos soldados⁸.

Como reage uma organização que nasceu e se desenvolveu durante séculos com estas características monossexuais, à introdução de um elemento estruturalmente alternativo como a mulher? Aceita que esta não se configure já como um objecto – presa de guerra, escrava ou prostituta – mas sim como sujeito? Aceita que ela não seja inserida nem “acima” nem “abaixo” mas sim ao mesmo nível, como colega⁹?

Estas questões apelam ao tema, objecto de um recente debate a nível internacional, dos abusos sexuais. Apesar do realce que o problema mereceu nas páginas dos jornais – geralmente mais interessados em registar as notas de cor do que os factos substanciais da condição militar – o tratamento que foi dado à matéria é francamente insuficiente.

2. O OLHAR DOS HOMENS: A MULHER COMO COLEGA NO CASO ITALIANO

Mesmo sem querer dramatizar outras heranças históricas que na cultura contemporânea parecem estar em vias de desaparecer, seria completa-

8 Significativamente, esses comportamentos com uma clara valência apotropaica são difusos na medida inversamente proporcional à idade e à posição dos actores (e portanto à sua capacidade de sair fisicamente e psicologicamente da instituição total quartel), concentrando-se em particular nas fases e nas sedes da assimilação inicial. Ao mesmo tempo é evidente o significado provocatório que as ostentações de natureza sexual (tipicamente os nus femininos nas paredes) revestem para o pessoal feminino, assim como as recentes disposições dos comandos USA no sentido de retirar esses sinais nos quartéis responde a um pedido expresso das mulheres militares. O conflito entre as duas “necessidades” – a dos soldados homens de exhibir *pin up* e a das mulheres de não as ver afixadas – apresenta pontos em comum com a tendência, assinalada por Moskos (1988), de alguns soldados dos estados do Sul exporem a bandeira da Confederação e a dos colegas afro-americanos a retirarem.

9 A ampla pesquisa sobre os abusos sexuais, realizada nos Estados Unidos por iniciativa do Departamento da Defesa sobre 47.000 membros das Forças Armadas, demonstra que 78% das mulheres militares sofreu ao longo da sua carreira uma forma de abuso sexual (pela ordem: assédio sexual, coacção, atenção indesejada, comportamento sexista, comportamento ofensivo) (Bastian, Lancaster e Reyst, 1996).

mente redutor considerar os abusos sexuais como uma mera disfunção de uma organização (a militar) e de uma relação (homem/mulher), as quais seriam, de outra forma, objecto de uma integração automática e perfeitamente funcional. A integração aliás está consumada, visto que o mundo militar teve de se abrir às mulheres, e a profissão das armas apresenta uma crescente (todavia nunca integral) analogia com as profissões civis, acolhendo dezenas de milhares de mulheres que cooperam com o outro sexo no interior da organização militar. Quais são os problemas de coabitação naquela que, segundo a definição de uma oficial dos *marines* americanos, permanece, apesar de tudo, ainda a “casa dos homens” (Barkalow, 1990)? O que acham os “donos da casa”, ou seja os homens, desta “invasão”?

A questão da representação social de um determinado actor tornou-se, de facto, um aspecto crucial da *agenda setting* e da tomada de decisões nas sociedades complexas. Ultrapassada em todo o lado no mundo produtivo, a imagem do membro da organização como engrenagem da máquina, fornecedor pré-programado de uma prestação padronizada, está também definitivamente ultrapassada na organização militar. Neste contexto, saber o que os militares homens (os seja, os membros da Forças Armadas que ainda hoje representam entre 95 e 85% dos quadros) pensam das colegas mulheres, não é uma simples curiosidade, mas sim uma significativa contribuição para a definição da *policy*.

A necessidade de aprofundar este tema revelou-se na Itália na segunda metade dos anos noventa, por ocasião da apresentação dos projectos de lei governativos e parlamentares visando a introdução também em Itália – nessa matéria o último país da Nato, parcialmente acompanhado pela Alemanha – do serviço militar voluntário feminino. A circunstância de a Itália ser um *late comer*, apresenta algumas vantagens para a análise, já que permite a abordagem da relação homem-mulher na organização militar, antes da sua consagração nos planos jurídico e organizativo, ou seja antes de a própria relação se formalizar e institucionalizar.

No que diz respeito ao contexto em que se deve processar o ingresso das mulheres nas forças armadas, os inquéritos sociológicos efectuados nestes últimos anos em Itália (Savarese, 1994; Polimetrica, 1997), revelam quer a orientação favorável da opinião pública perante a possibilidade da mulher-soldado, quer a disponibilidade de um número significativo de mulheres que consideram a hipótese de alistar-se. Ao mesmo tempo, um pequeno mas aguerrido grupo de raparigas (algumas das quais partici-

param na experiência “soldado por um dia”, vivida em 1992 num destacamento de cavalaria mecanizada em Roma) fundou a Associação Nacional Aspirantes Mulheres Soldado (Anados) que leva a cabo uma campanha de *lobbying* “capilar” nas sedes institucionais e nos meios de comunicação social.

Um número significativo de mulheres italianas declarou já estar interessado em alistar-se (a experiência americana das Forças Armadas voluntárias demonstra que a relação entre jovens do sexo masculino com desejo de entrar para as Forças Armadas e a população jovem masculina é de 1:5 e que entre os aspirantes a soldados a relação mulheres/homens é também de 1:5). Sabe-se que podem contar com a compreensão dum opinião pública que já se manifestou a favor da integração, mas ninguém sabe, porque o tema nunca foi analisado a fundo, qual é a opinião dos militares italianos sobre as (futuras) colegas. O facto de os militares italianos, nas várias armas e especialidades e nos vários níveis hierárquicos, manifestarem as suas opiniões, tem um enorme significado. De facto, se cabe ao Parlamento aprovar o serviço militar feminino na base do voluntariado, serão depois eles, os militares dos comandos e das unidades distribuídos por toda a Itália, quem vai acolher as recém-chegadas, cooperar com elas, e enfrentar com elas os problemas (inevitáveis) da integração.

Analisemos então, de forma sucinta, *o que* pensam os homens militares e *em que medida* são a favor ou contra a mulher soldado¹⁰. O registo fiel das opiniões – inclusive as mais discutíveis – é coerente com a perspectiva sociológica, que não se destina a formular juízos de valor mas a reconstruir a subjectividade dos actores, a fim de poder fornecer elementos aos que, institucionalmente, são chamados a decidir. Da análise das entrevistas por nós conduzidas nestes anos com os homens das Forças Armadas italianas, sobre o tema do serviço militar feminino, resultaram seis tipologias de *homo militaris*. Como ilustra a tab. 1, essas tipologias situam-se no cruzamento dos dois eixos da concepção global que o indivíduo tem da mulher e da atitude em relação à hipótese específica do serviço militar feminino (v. tab. 1).

No que diz respeito à concepção da mulher, os dois polos são representados pela diferença e pela igualdade. Enquanto esta última é obviamente monovalente (=), uma concepção da diferença feminina é bivalente, ou

10 Para uma exposição dos dados mais aprofundada v. Battistelli, 1997.

seja, pode implicar uma inferioridade tendencial (-) ou superioridade (+) atribuída à mulher. No que se refere à atitude perante a hipótese da mulher soldado, pode ser a favor ou contra.

Tab. 1 *Tipologia dos militares italianos segundo a concepção da mulher e segundo a atitude relativamente ao tema da mulher soldado*

Concepção da mulher		Valência	Atitude sobre o tema da mulher soldado	
			Contra	A favor
Diferença	-	misógino	machista	
	+	cavalheiro	carente	
Igualdade	=	antimilitarista	integracionista	

Correlacionando os dois eixos temos as seguintes tipologias¹¹:

1. *Misógino*. Defende a diversidade da mulher com a valência da inferioridade; é contra o ingresso da mulher nas Forças Armadas (→ “mulher-inadequada”).
2. *Cavalheiro*. Partilha a diversidade da mulher com a valência da superioridade; é contra o ingresso da mulher nas Forças Armadas (→ “mulher-anjo”).
3. *Antimilitarista*. Defende a igualdade da mulher, mas considera que não vale a pena que as mulheres entrem nas Forças Armadas (→ “mulher-igual ao homem/organização militar inadequada”).
4. *Machista*. Defende a diversidade da mulher na sua valência negativa; é a favor de uma presença diferenciada da mulher nas Forças Armadas na modalidade de subordinação (→ “mulher-vivandeira”).
5. *Carente*. Defende a diversidade da mulher com a valência positiva; é a favor de uma presença diferenciada da mulher na Forças Armadas no sentido da idealização (→ “mulher-enfermeira”).

11 Os termos da tipologia são utilizados num sentido descritivo e não valorativo.

6. “Integracionista”. Tem uma concepção igualitária da mulher e é a favor da integração da mulher nas Forças Armadas (→ “mulher-colega”).

Vejamos uma a uma as seis tipologias.

- 1) O *misógino*. Normalmente é jovem, está nos primeiros degraus da escala hierárquica, tem uma formação escolar não elevada. Na sua visão da mulher como inadequada, tem tendência a sublinhar as diferenças entre os sexos, referindo-se por vezes aos limites psicológicos: “a mulher geralmente tem um carácter mais fraco” (sargento A). A referência aos limites e vínculos físicos da mulher é, contudo, muito mais frequente: “é menos forte”; “[para] combater ... é preciso força” (sargento B); “tem mais limitações” (soldado D). Declara um soldado (E): “já ouvi vozes de corredor: a mulher precisa de uma semana de descanso lá por causa do seu assunto [...] imaginemos que uma mulher se encontre numa situação de guerra, chega ao vigésimo oitavo dia e depois começa a sentir-se mal...”. O misógino não acredita na hipótese de um serviço militar voluntário feminino e prevê que a sua introdução terá consequências negativas para a coesão do destacamento e para a eficiência da organização no seu todo. “Criariam problemas, distrações, rivalidades – afirma um sargento ajudante (B) – como acontece actualmente na polícia”. Apesar da experiência da polícia ser lembrada com agrado por alguns, merece também críticas por parte de outros: “é também uma questão de compatibilidade entre sexos, como acontece na polícia: de vez em quando há uma pega por causa de uma mulher” (soldado E). No que diz respeito à sua visão global da mulher e das relações entre os sexos, o ponto de vista do misógino é tradicionalista “eu pessoalmente prefiro que a minha mulher fique em casa para cuidar dos meus filhos” (sargento B). “Mal ou bem, a ocupação de uma mulher é estar em casa”, afirma um voluntário da Aviação, depois de se ter referido ao problema de concorrência que a mulher constituiria, procurando e encontrando trabalho nas Forças Armadas: “esses lugares poderiam ser ocupados por um pai [de família]”. Ou, como observa um outro soldado da aviação “também há muitos jovens sem trabalho, hoje em dia é preferível arranjar um trabalho para eles [jovens homens]”.

2) *O cavalheiro*. Com este termo, definimos uma tipologia que demonstra uma atitude positiva em relação à mulher (“mulher-anjo”) e ao mesmo tempo sublinha acentuadamente a sua diversidade. Normalmente de idade e carreira avançadas (apesar de não faltarem “cavalheiros” tenentes e primeiros-cabos), o cavalheiro compensa uma visão desigual dos dois sexos e uma substancial resistência à hipótese da mulher soldado, com um excesso de cavalheirismo e de protecção. Declara acreditar nas qualidades intrínsecas e no processo histórico de emancipação da mulher com demasiada frequência para não suscitar desconfianças. Estas últimas são freudianamente confirmadas pelos “gracejos” e piadas relativamente às quais o cavalheiro não se faz rogado. Dentro da tipologia, é possível distinguir o “velho” do “novo” cavalheiro. Em relação ao *antigo cavalheiro* e às suas frequentes declarações de devoção para com o “belo-sexo”, o *jovem cavalheiro* manifesta um genuíno respeito pela diversidade feminina que – ao contrário do que acontece na outra atitude não paritária, do misógino, – não é estigmatizada, mas sim idealizada. “Penso que há uma diferença entre homem e mulher. Não sou eu a dizê-lo e portanto não uma presunção, é a natureza. Portanto, fisiologicamente, há funções que a mulher não pode desempenhar e é justo que esta diferença seja respeitada” (soldado D). Desse ponto de vista, a desadaptação operativa da mulher em armas não é uma falta de conhecimento do seu perfil, mas uma verdadeira preocupação com a sua vocação natural-existencial: “a mulher, se tiver que atirar, de certeza hesita [...] é, em todo o caso, mãe de filhos” (sargento ajudante B)¹².

3) *O antimilitarista*. Trata-se de uma tipologia presente exclusivamente entre os soldados que cumprem o serviço militar obrigatório. Tendo uma concepção igualitária do outro sexo, o antimilitarista é contra o serviço militar feminino (voluntário ou obrigatório) com base

12 A propósito da mulher em combate, Ferrari (1997) cita as consequências negativas da presença de mulheres no Exército inimigo em termos de luta até à morte, e portanto da sua recusa mesmo em condições extremas, tal como se observou entre sectores exclusivamente masculinos (guerra israelo-árabe de 1948). Naturalmente, a principal fonte de preocupação social inspirada pela presença da mulher em combate continua a ser a hipótese de que ela possa ser feita prisioneira e violada. Sobre as reacções colectivas a tal hipótese e sobre a angústia que alimenta, pense-se no caso Melissa” durante a guerra do Golfo (v. Farina, 1992).

numa posição crítica não em relação à mulher, mas em relação à vida militar. De dois soldados que aceitam a hipótese de uma futura mulher que trabalhe para se realizar e que consideram as mulheres profissionalmente tão válidas quanto os homens, o primeiro não vê nenhuma vantagem em entrar na carreira militar: “ Não consigo vislumbrar vantagens nenhuma nisso; mesmo se eu fosse mulher, continuaria a não ver vantagem nenhuma”. Também para o segundo, na hipótese do serviço militar feminino, prevalecem as desvantagens, se o serviço “for como este aqui neste momento” (cabo C) Claro, é um direito, “porque sabemos muito bem que a mulher pode fazê-lo e ao mesmo nível do homem. Apesar de tudo, penso que, se experimentar, já não vai querer... Eu ainda não encontrei ninguém que esteja contente por estar a cumprir o serviço militar. Não sei porque as mulheres querem à viva força passar por isso [...] Talvez porque o vêem de fora e não sabem o que se passa lá dentro”.

- 4) *O machista*. Segundo esta tipologia, a mulher é diferente e inferior ao homem. Isso não exclui uma integração da primeira numa organização militar predominantemente masculina, aliás num papel subordinado, historicamente conhecido como “auxiliar” (“mulher-vivandeira”). Como comenta um voluntário do Exército: “não se deve pôr uma mulher a fazer de atirador ou a conduzir tanques; quanto muito, põe-se a fazer as coisas na cozinha e como escriturária”. Resumindo, observa um jovem oficial, “as mulheres poderiam tornar-se úteis fazendo todas essas coisas que não dá jeito fazer [aos homens] libertando-os para as tarefas operativas”. Também no passado o julgamento sobre a inferioridade da mulher foi muitas vezes acompanhado pela convicção de que ela tinha a “sua utilidade”, inspirando formas de inclusão feminina na instituição militar, mesmo sendo “em baixo”. É o caso da vivandeira, e, noutro sentido, da prostituta. Alguns comentários livres – numericamente insignificantes – recolhidos na nossa pesquisa por questionário na Bósnia (Ammendola, 1999) evidenciam reminiscências desta visão. Para alguns, de facto, a mulher não só poderia entrar nas Forças Armadas para “cozinhar”, “fazer as limpezas”, “limpar os quartos dos soldados e lavar a louça”, mas deveria também “levantar o moral dos militares”, e fornecer “ajudas morais e sexuais ao sexo oposto”.

- 5) *Carente*. Também esta tipologia se centra na diferença da mulher, mas, ao contrário do machista, supõe a sua superioridade (apesar de o fazer a partir dum ponto de vista específico). Ao contrário da outra tipologia baseada na diferença-superioridade feminina (o cavalheiro e a sua concepção da mulher-anjo), o carente declara-se a favor de uma presença feminina nas Forças Armadas. Essa presença inspira-se todavia numa concepção idealizada da mulher, que deixa pouco espaço para as tarefas operativas, favorecendo tarefas de assistência (mulher-enfermeira). Segundo um oficial do Exército, “Ninguém cuida de uma pessoa como uma mulher [...] não é só uma questão da ligadura ou da medicação, basta pensar no que fizeram as mulheres da Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial”. Afirma em tom lapidar um outro oficial: “Sempre foi assim: os homens fazem os feridos e as mulheres curam-nos”.
- 6) O *“integracionista”*. Esta tipologia conjuga uma concepção igualitária com uma atitude positiva em relação à mulher soldado. O integracionista considera sem fundamento qualquer discriminação em relação às oportunidades profissionais da mulher, mas ao mesmo tempo não ignora, enquanto profissional, a especificidade da condição militar e não hesita em assinalar os problemas, para o indivíduo e para a organização, inerentes a essa escolha. Depois de mencionar os sectores em que as mulheres “fazem melhor” do que os homens, um oficial lembra que a experiência está concretizada noutros países, por isso “não há nada a inventar [...] nós chegamos anos e anos depois. Em Espanha, onde há vinte anos as mulheres ainda não votavam, houve um progresso, enquanto nós estamos ainda a [este] nível” (tenente coronel A). Por fim, e relativamente aos efeitos do acesso da mulher ao mundo militar, um voluntário da Marinha (B) enumera as vantagens pessoais e organizativas: no primeiro plano, “é um questão de crescimento, o comportamento em relação à mulher militar deveria ser sério, mantendo uma certa correcção de linguagem; e depois, pode-se sempre vir a aprender”.

Passando de dados qualitativos a quantitativos, inserimos algumas perguntas relativas ao tema da mulher-soldado em várias pesquisas sociológicas, realizadas pelo grupo do *Archivio Disarmo*, desde 1993 até hoje, sobre amostras de militares italianos. Mesmo sem ter a representatividade

de uma pesquisa *ad hoc*, os dados que apresentamos dão uma ideia da atitude generalizada em vários âmbitos da organização militar italiana sobre esta questão.

As realidades examinadas e os militares entrevistados são bastante diferenciados entre si, e podem aliás ser agrupados em dois grandes grupos. Por um lado temos soldados, sargentos e oficiais do Exército empenhados nas novas missões, cada vez mais frequentes nas Forças Armadas italianas nos anos noventa: uma operação humanitária como a primeira missão na Albânia (1993); uma operação de *peacekeeping*, que depois regrediu para *peace-enforcement*, como a da Somália (1994); uma operação conjunta de intervenção com as forças de polícia contra o crime organizado (mafia) como a dos Vespri Siciliani (1994). O segundo grupo é constituído por duas amostras formadas por alunos e oficiais entrevistados em dois momentos, o início e o fim do ciclo formativo do oficial: o Colégio Militar (Collegio da Nunziatella di Napoli, frequentado durante um triénio por jovens que escolheram a vida militar sem ainda pertencer às Forças Armadas) e a Escola para tenentes (Scuola di Applicazione de Turim, frequentada durante um biénio por alferes e tenentes provenientes da Academia do Exército).

Face aos dados recolhidos e elaborados em alturas próximas e usando a mesma metodologia, as amostras examinadas permanecem estruturalmente diferentes e, portanto, qualquer comparação deve ser feita de forma prudente, sendo aconselhável proceder à análise no interior de cada um dos dois grupos. Com estas ressalvas, os resultados representam uma primeira aproximação ao entendimento da mulher-soldado no mundo militar italiano e merecem ser rapidamente analisados.

Quando colocada a questão sobre se a introdução do serviço militar voluntário para as mulheres envolve mais vantagens ou desvantagens, observa-se que, no conjunto, a atitude favorável é maioritária em qualquer lugar. É assim no âmbito do grupo "escolas", desde a imperceptível margem positiva dos jovens da Nunziatella (50,2%) até aos quase $\frac{3}{4}$ dos oficiais da Scuola di Applicazione. O mesmo acontece no grupo "novas missões", onde a atitude é maioritariamente favorável, com expressões que vão de 51% dos Vespri Siciliani a 65% da Somália, passando pelos 57% da Albânia (v. Tab. 2).

Tab. 2 *Vantagens e desvantagens da introdução do serviço militar voluntário feminino segundo os militares italianos.*

	Albânia ^a	Somália ^b	Vespri Siciliani ^c	Liceo militare ^d	Scuola per tenenti ^e
Vantagens	57,3	65,2	51,2	50,2	72,8
Desvantagens	42,7	34,8	48,8	49,8	27,2
Total (Nº)	100,0 (246)	100,0 (808)	100,0 (800)	100,0 (224)	100,0 (147)

Fonte: a; b Battistelli, 1996
 c Maniscalco, 1994
 d Maniscalco, 1995
 e Romano, 1993-1994

Uma hipótese de interpretação relativa à diversificação no que se refere à atitude entre as amostras examinadas, faz apelo a duas variáveis estruturais: a idade e a natureza do serviço.

No que se refere à primeira variável – a idade –, esta surge da comparação entre duas amostras social e culturalmente próximas: a dos alunos do liceu militar e a dos oficiais finalistas da Escola de Aplicação. Como já emergia de uma pesquisa realizada há quinze anos na *Accademia Aeronautica*, a idade (ou variáveis directamente relacionadas com ela, como a socialização e a origem institucional) parece desempenhar um papel decisivo na aceitação da mulher militar. Essa aceitação é relativamente limitada (aliás não inferior a 50%) na fase do ciclo da adolescência e primeiríssima juventude (provavelmente caracterizadas por uma forte idealização da figura tradicional – masculina – de oficial), enquanto tende a aumentar em indivíduos que, mesmo sendo jovens, ultrapassaram a fase da formação inicial e pertecem já de pleno direito à instituição.

No que se refere à segunda variável, a natureza do serviço (conscição/ /profissional) também se reveste de uma importante capacidade explicativa na morfologia das atitudes. Como veremos em seguida, a opinião favorável em relação ao ingresso da mulher nas Forças Armadas não se distribui de forma equitativa entre conscritos e profissionais, registando um crescendo ao longo da sequência conscritos/voluntários/ /sargentos-oficiais do quadro permanente. O apoio à carreira militar feminina parece ampliar-se a par e passo com a componente profissional

(voluntários mais membros do quadro permanente) que caracteriza de forma diferenciada os Vespri Siciliani (22% profissionais e 51% de opiniões favoráveis), a Albânia (40% profissionais e 57% de opiniões favoráveis) e por fim a Somália (65% profissionais e 65% de opiniões favoráveis).

A relação directamente proporcional que se estabelece entre profissionalização e aceitação da mulher soldado é revelada com mais evidência pela distribuição de opiniões favoráveis sobre o tema entre os militares da Albânia e da Somália. Entre os primeiros, o serviço militar feminino é apoiado por 62% dos profissionais (oficiais e sargentos do quadro permanente mais voluntários) contra 54% dos conscritos; nos segundos, a diferença é ainda maior, alcançando os 70% dos profissionais contra 55% dos conscritos (um resultado contra-intuitivo, abrangendo amplamente um corpo – os pára-quedistas – que se poderia ter suposto pertencerem à tipologia “machista”) (v. Tab. 3).

Tab. 3 *Atitude dos militares italianos (conscritos/profissionais) em relação à introdução do serviço militar voluntário para as mulheres.*

	Albânia			Somália		
	Todos	Conscritos	Profissionais	Todos	Conscritos	Profissionais
A favor	57,3	53,8	62,5	65,2	55,4	70,5
Contra	42,7	46,2	37,5	34,8	44,6	29,5
Total	100	100	100	100	100	100
Nº	241	143	96	798	276	512

Fonte: Battistelli, 1996

Passando das opiniões a favor ou contra a entrada da mulher nas Forças Armadas aos motivos apresentados para fundamentar a posição tomada, a Tab. 4 ilustra comparativamente os resultados das duas amostras de militares do Exército em ambiente operacional (Albânia e Vespri Siciliani) e nos institutos de formação (Liceo militare e Scuola per tenenti). No topo das respostas dos que afirmaram ver vantagens na introdução do serviço militar feminino aparece, em três inquiridos em quatro, a melhoria das condições de vida e de trabalho (portanto um motivo intrínseco, ainda que centrado na perspectiva do pessoal contratado). Outras razões,

também intrínsecas mas mais deslocadas para a parte institucional, como o recrutamento de pessoal voluntário actualmente insuficiente e a melhoria da eficiência/eficácia do serviço, têm menor destaque. Um motivo importante mas que pode ser definido como extrínseco, e cuja análise comparada é condicionada pela sua ausência nos questionários Albânia e Scuola per tenenti, é a contribuição do serviço militar feminino para a paridade dos sexos; e os alunos da Nunziatella, ao apontarem este aspecto como um dos principais factores a favor, confirmam substancialmente o seu reduzido entusiasmo em apoiar a hipótese da mulher soldado.

Tab. 4 *Motivos da vantagem na introdução do serviço militar voluntário feminino segundo os militares italianos*

	Albânia ^a	Vespri Siciliani ^b	Liceo militare ^c	Scuola per tenenti ^d
Recrutamento de pessoal voluntário actualmente insuficiente	15,8	10,5	12,6	30,8
Melhoria da eficiência/eficácia do serviço prestado	28,1	16,4	16,2	9,0
Melhoria das condições de vida e de trabalho nas FF.AA.	46,7	35,8	21,7	31,8
Contribuição para a efectiva paridade entre os sexos	n.d.	35,5	49,5	n.d.
Outros/N.R.	9,4	1,8	-	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

n.d.= pergunta não disponível

Fonte: a Battistelli, 1996

b Maniscalco, 1994

c Maniscalco, 1995

d Romano, 1993-1994

Uma análise mais completa, graças à presença das mesmas perguntas nas várias pesquisas, é possível através da tab. 5 (v.), que mostra os motivos de desvantagem na introdução do serviço militar feminino. Entre os que encontram sobretudo desvantagens nessa medida, a maior parte – em percentagens que roçam ou ultrapassam a maioria absoluta – cita a redução da eficiência/eficácia do serviço prestado. Em segundo lugar –

com um número de respostas de cerca ¼ – situa-se a menor coesão dos destacamentos. A desvalorização dos homens parece um motivo apontado por poucos ou muito poucos. Mais uma vez, concluindo, a primazia do pessimismo é apanágio dos alunos da Nunziatella, confirmando o dado – por si só contra-intuitivo – segundo o qual quanto mais jovem se é, mais amplas e mais radicais são as resistências em relação à abertura da organização militar às mulheres.

Tab. 5 *Motivos contra a introdução do serviço militar voluntário feminino segundo os militares italianos*

	Albânia ^a	Vespri Siciliani ^b	Liceo militare ^c	Scuola per tenenti ^d
Desvalorização do papel dos homens	11,2	14,1	2,8	-
Menor coesão dos destacamentos	22,4	23,7	26,2	25,0
Redução da eficiência/eficácia do serviço prestado	15,9	7,4	-	27,5
Outros/N.R.	15,9	7,4	-	27,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: a Battistelli, 1996

b Maniscalco, 1994

c Maniscalco, 1995

d Romano, 1993-1994

3. CONCLUSÕES

Concluindo, voltamos a sublinhar a importância da subjectividade dos que estão destinados a viver e a realizar um processo crucial de mudança organizativa (neste caso dos homens das Forças Armadas italianas). Não basta sancionar uma reforma através da lei para que ela “passe” para a cabeça das pessoas. Aliás, como demonstrou a maior parte das pesquisas efectuadas nas empresas e em organismos burocráticos das sociedades avançadas, a adesão das pessoas é decisiva para o sucesso das iniciativas empreendidas em cada organização.

É igualmente claro que as Forças Armadas apresentam características muito próprias: um comando único, uma cadeia hierárquica clara e

capilar e instrumentos de prêmio/sanção mais eficazes do que em qualquer outra organização pública. Charles Moskos (1988) lembra que, quando o Presidente Truman decidiu decretar a integração nas Forças Armadas de uma outra “minoría” (dessa vez não com base no género mas na etnia: os negros), não foi necessário esperar muito tempo para que a instituição militar se tornasse a primeira instituição pública sem segregação racial dos Estados Unidos.

Mas para se alcançar a aceitação individual e a coesão de grupo, que hoje caracterizam maioritariamente as relações inter-étnicas nas Forças Armadas dos Estados Unidos, foram necessárias a crise do Vietname, a profissionalização do serviço militar e, sobretudo, o crescimento de uma cultura comum através do trabalho quotidiano, lado a lado, de milhões de pessoas sem distinção de raça nem de sexo. Na organização militar, as mulheres devem voltar a escalar uma antiga parede e reconstruir *ex-novo* a sua imagem: nesse trabalho, a sua subjectividade e a dos homens serão decisivas.

BIBLIOGRAFIA

AMMENDOLA, Teresa (a cura), *Il militare postmoderno e la sua missione. Le caratteristiche sociologiche dei soldati italiani in Bosnia*, Milano, Angeli, 1999

ARMOR, David J., “Race and Gender in the U.S. Military”, *Armed Forces and Society*, 23, 1, 1996, pp. 7-27

BARKALOW, Carol, *In the Men’s House*, New York, Poseidon, 1990

BASTIAN, Lisa D., LANCASTER, Anita R., REYST, Heidi E., 1995 *Sexual Harassment Survey*, Department of Defense, Defense manpower Data Centre, Arlington, Virginia, 1996

BATTISTELLI, Fabrizio, “Introduzione” a Charles C. Moskos, *Sociologia e soldati*, trad. it., Milano, Angeli, 1994, pp. 7-26

BATTISTELLI, Fabrizio, *Soldati. Sociologia dei militari italiani nell’era del peace-keeping*, Milano, Angeli, 1996

BATTISTELLI, Fabrizio (a cura), *Donne e Forze Armate*, Milano, Angeli, 1997a

BATTISTELLI, Fabrizio, “Con gli occhi degli uomini: l’opinione maschile in tema di donna soldato” in Battistelli, 1997b, pp. 185-210

BROWNMILLER, Susan, *Contro la nostra volontà*, tr. it. Milano, Bompiani, 1976

BURK, James, *The Military in New Times*, Boulder, Co, Westview Press, ed. 1994, pp. 141-162

CHIURLOTTO, Vania (a cura), "Donne come noi. Marocchine 1944 – Bosniache 1993", *DWF. Donna Woman Femme*, n. 1, 1993, pp. 42-67

COSER, Louis A., "The political functions of eunuchism", *American Sociological Review*, 29, 1964, pp. 196-215

COSER, Louis A., "Greedy organizations", *European Journal of Sociology*, 8, 1967, pp. 196-215

COSER, Louis A., *Greedy Institution: Patterns of Undivided Commitment*, New York, Free Press, 1974

D'AGATA, Carmelo, "Di alcuni effetti sociologici della guerra in Grecia", *Genus*, VI-VII, 1943-1949, pp. 228-235

ELSHTAIN, Jean B. , *Women and War*, New York, Basic Books, 1987

FARINA, Fatima, "L'immagine della donna nella guerra del Golfo", *Sociologia e ricerca sociale*, n. 39, 1992, pp. 133-152

FARINA, Fatima, "Due greedy institutions: l'organizzazione militare e la famiglia", *Rivista trimestrale di scienza dell'amministrazione*, n. 3-4, 1993, pp. 231-252

FERRARI, Giuliano, "Donne nelle Forze armate. Alcune possibili conseguenze militari e sociali", in Battistelli, 1997a, pp. 146-156

FORNARI, Franco, *Psicologia della guerra*, Milano, Feltrinelli, 1966

FRANZINA, E., "Il tempo libero della guerra. Case del soldato e postriboli militari", in Leoni e Zadra, 1986, pp. 161-230

FREUD, Sigmund, *Massenpsychologie und Ich-Analyse*, trad. it. in *Il disagio della civiltà e altri saggi*, tr. it. Torino, Boringhieri, 1921

KLAIN, Eduard, *Psicologia e psichiatria di una guerra*, tr. it., Roma, Edizioni universitarie romane, 1994

LEED, Eric J., *No Man's Land. Combat & Identity in World War I*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979

- LENZI, Maria Ludovica, "Come difendere la pace, addestrandosi a fare la guerra? Alcuni esempi storici", in Battistelli, 1997, pp. 63-84
- LEONI D., Zadra C., *La Grande Guerra. Esperienza memoria immagini*, Bologna, Il Mulino, 1986
- LUTTWAK, Edward, "Toward a Post-heroic Warfare", *Foreign Affairs*, 74, 3, 1995, pp. 109-122
- MANISCALCO, Maria Luisa, *I nuovi compiti delle Forze Armate. L'immagine del servizio militare negli uomini dei Vespri Siciliani*, Rapporto di ricerca, Roma, Dap. SME, 1994
- MANISCALCO, Maria Luisa, *Studio, ricerca e sondaggio nazionale sulla Scuola Militare Nunziatella*, Rapporto di ricerca, Roma, Dap. SME, 1995
- MOSKOS, Charles C., *Soldiers and Sociology*, Alexandria U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Science, 1988
- MOSKOS, Charles C., James Burk, "The Postmodern Military", in Burk, 1994, pp. 141-162
- MOSSE, George L., *Sessualità e nazionalismo*, tr. it. Roma-Bari, Laterza, 1984
- POLIMETRICA, *Le donne italiane e il servizio militare femminile*, Rapporto di ricerca, Roma, Ministero per le Pari Opportunità, 1997
- POZZI, Enrico, "La caserma come istituzione totale manipolante", *La Critica sociologica*, n. 19, 1971, pp. 88-124
- ROCHAT, Giorgio, "Il mondo militare e le donne. Uno sguardo retrospettivo", in Battistelli, 1997a, pp. 41-46
- ROMANO, P., *La donna soldato nell'immagine dei militari italiani. Un'indagine sui giovani ufficiali dell'Esercito*, Facoltà di Lettere e Filosofia, Corso di laurea in Sociologia, Università di Salerno, 1993-1994
- SAVARESE, Rossella, *Indagine sulla propensione delle donne italiane a svolgere il servizio militare*, Roma, Cemiss, 1994
- SEGAL, Mady Wechsler, *The Military and Family as Greedy Institutions*, in Charles C. Moskos, Francis R. Wood (eds.), *The Military. More than just a job?*, Washington-London, Pergamon Brassey's, 1988, pp. 93-113